

Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA

CNPJ: 27.316.538/0001-66

Av. Getúlio Vargas, 556, Centro, Vitória- ES, CEP: 29.010-945

http://www.codesa.gov.br

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO- EXERCÍCIO 2015**MENSAGEM DA DIRETORIA**

O ano de 2015 começou com grandes desafios ocasionados pela retração da economia mundial e nacional. No setor portuário, os impactos foram sentidos sobre os volumes de importação e exportação. O desempenho dos portos nacionais foi diretamente afetado, mas crise subentende superação e essa foi nossa meta.

Este ano, a Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA), uniu esforços com a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP-PR) e garantiu a retomada da dragagem e derrocagem do canal de Vitória. Assim que concluído este projeto e as obras no Cais do Atalaia, que avançaram consideravelmente em 2015, ambos contribuirão para a melhoria da infraestrutura portuária capixaba e, por consequência, garantirão um aumento na capacidade operacional do Porto de Vitória.

A quantidade de carga movimentada nos terminais sob jurisdição da CODESA, incluindo neste contexto terminais públicos, arrendados e privados, foi de 40,85 milhões de toneladas, número 28,22% superior ao registrado no ano anterior. Superando as adversidades de um cenário econômico desfavorável os resultados dos terminais públicos e arrendados garantiram um aumento de movimentação de carga de 2,22% em relação a 2014, num total de 7,30 milhões de toneladas, demonstrando que todos os esforços realizados pelas últimas gestões da Codesa trouxeram resultados positivos para o Porto de Vitória, reforçando a cada ano seu importante papel no desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo.

O desempenho da Companhia, apresentado nas próximas páginas, mostra que aceitamos o desafio e confirmamos o compromisso na busca do aperfeiçoamento contínuo do negócio, pautados em diferentes ações e projetos que vêm sendo implantados nos últimos anos. Investimos não apenas em projetos de infraestrutura, mas também em pessoas e na melhoria organizacional em busca de eficiência.

Quanto aos Recursos Humanos, a CODESA promoveu média de 31,36 horas de treinamento por empregado, resultado 56,80% superior à meta individual estipulada. Em consonância com o Plano de Capacitação, ressaltamos a consolidação dos cursos in company, viabilizando a participação de um número cada vez maior de colaboradores, ratificando o interesse da Companhia no desenvolvimento contínuo de seu quadro. Outro feito relevante foi a abertura do concurso para a Guarda Portuária, que promoverá ao Porto de Vitória incremento à sua segurança.

Aproximação com a comunidade e ações ambientais tiveram destaque em 2015. Foram realizadas reuniões com moradores do entorno do Atalaia; deflagrada campanha em favor de animais abandonados na área de Capuaba; reformada, em parceria com ente público, a área de lazer dos moradores da Paul; reforçada campanha de combate aos focos do mosquito *Aedes aegypti* e iniciado o sistema de coleta seletivo de lixo na área portuária; e implantação do Plano de Emergência Individual no Porto de Vitória.

No quesito sustentabilidade, o Índice de Desempenho Ambiental da CODESA, definido em avaliação realizada pela ANTAQ com base em um conjunto de critérios de meio ambiente e segurança do trabalho, teve incremento de 23,06% em sua nota em apenas dois anos, reforçando nossa percepção de que estamos no caminho certo.

Todas as conquistas foram possíveis pelo esforço e envolvimento dos colaboradores, confiança na gestão, credibilidade de nossos clientes e parceiros e apoio dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Entendemos que o processo de construção é contínuo, por isso ainda há muito a ser feito.

DIRETORIA EXECUTIVA.**1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

O ano de 2015 foi marcado pela forte redução da atividade econômica no Brasil. A queda acumulada do Produto Interno Bruto no ano de 2015 frente ao ano de 2014 foi, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, da ordem de 3,8%. Como consequência da crise, ocorreu uma queda significativa da demanda em diversos mercados, atingindo fortemente alguns segmentos diretamente ligados ao Setor Portuário. Evidentemente, isso acarretou em uma redução da quantidade movimentada nos Portos Públicos e Privados.

Não obstante, a CODESA novamente obteve excelentes resultados econômico-financeiros no exercício de 2015, mesmo em um ambiente econômico adverso. A Receita Bruta da Companhia alcançou um novo recorde e totalizou R\$ 132,95 milhões em 2015, crescimento de 1,92% em relação ao ano de 2014. O menor crescimento da Receita Bruta, quando comparada às taxas de crescimento da Receitas em outros exercícios, deveu-se a redução da quantidade movimentada provocada pela crise econômica.

Os Custos dos Serviços Prestados somaram R\$ 55,28 milhões em 2015, o que representa um acréscimo de 7,04% quando comparado com o mesmo período no ano anterior. O aumento é resultante do crescimento de 9,47% do item Custo com Pessoal, que corresponde a maior parte do Custo dos Serviços Prestados. As Despesas Administrativas, por sua vez, registraram crescimento de 12,70% em 2015, totalizando R\$ 55,55 milhões. Destaque também para o crescimento do item de Pessoal.

O crescimento dos Custos e das Despesas acima do crescimento das Receitas implicou na redução do Resultado Operacional, que totalizou R\$ 17,78 milhões, valor 28,36% menor do que o registrado em 2014. Importante ressaltar que os itens que mais pressionaram os custos e as despesas (pessoal e contratos) estão diretamente relacionados com os índices de inflação, que sofreram uma forte alta no ano de 2015.

O EBITDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), item que indica a capacidade da CODESA em gerar caixa operacional, totalizou R\$ 15,93 milhões em 2015. O bom resultado do EBITDA demonstra que a Companhia tem totais condições de honrar os compromissos de curto prazo e continuar a acumular reservas financeiras. A rubrica de Aplicações Financeiras registrou um aumento de 17,34% em 2015 em comparação a 2014 e encerrou o exercício em R\$ 67,13 milhões.

A Companhia Docas do Espírito Santo registrou no exercício de 2015 um expressivo Lucro Líquido de R\$ 11,14 milhões (5,39 milhões – Reversão de Provisão Contingencial). Um bom desempenho considerando o impacto da crise econômica no Setor Portuário.

O quadro seguinte apresenta a evolução do desempenho econômico-financeiro da CODESA ao longo dos últimos cinco anos.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DA CODESA

	2011	2012	2013	2014	2015	"Variação 2011 2015"	"Variação 2014 2015"
Receita Bruta	116.028.180	108.881.790	110.768.365	130.443.179	132.951.965	14,59%	1,92%
(-) Deduções	(14.326.020)	10.819.210)	11.775.243)	14.605.318)	14.683.581)	2,50%	0,54%
Receita Líquida	101.702.160	98.062.581	98.993.122	115.837.861	118.268.385	16,29%	2,10%
(-) C.P.V	(26.963.109)	40.901.694)	46.231.851)	51.644.325)	55.279.305)	105,02%	7,04%
Resultado Operacional Bruto	74.739.051	57.160.886	52.761.271	64.193.536	62.989.079	-15,72%	-1,88%
(-) Despesas Administrativas	(57.590.156)	47.371.617)	42.308.140)	49.287.966)	55.549.228)	-3,54%	12,70%
(-) Despesas Tributárias	(753.106)	(949.017)	(802.377)	(899.793)	(1.171.451)	55,55%	30,19%
(+/-) Receitas Financeiras Líquidas	2.317.940	5.496.919	1.047.317	6.678.888	5.130.446	121,34%	-23,18%
(-) Despesas com Provisões Op.	(58.587.801)	(2.995)	-	-	-	-	-
(+/-) Outras Rec/Desp Operacionais	23.616.915	5.125.544	3.981.401	4.139.359	6.385.233	-72,96%	54,26%
Resultado Operacional	(16.257.157)	19.459.721	14.679.472	24.824.024	17.784.080	-209,39%	-28,36%
(+/-)Variação Monetária At./Pas.	(4.803.097)	(6.763.019)	(5.416.925)	(5.852.722)	(4.631.098)	-3,58%	-20,87%
(+/-)Rec./Desp. Não Oper.	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Ope. Antes IR/CS	(21.060.254)	12.696.702	9.262.548	18.971.302	13.152.982	-162,45%	-30,67%
(-) Imposto de Renda e CSLL	(3.759.038)	(3.943.762)	(2.419.863)	(3.774.228)	(1.272.144)	-66,16%	-66,29%
Resultado Antes Part. Empregados	(24.819.292)	8.752.941	6.842.685	15.197.074	11.880.839	-147,87%	-21,82%
Part. dos Empregados no Lucro	-	-	-	(949.817)	(742.552)		
Lucro Líquido do Exercício	(24.819.292)	8.752.941	6.842.685	14.247.257	11.138.286	-97,01%	-21,82%
EBTIDA	23.635.013	16.196.593	18.241.839	23.318.079	15.932.480	-32,59%	-31,67%

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2015, o Porto de Vitória registrou movimentação de 7,3 milhões de toneladas de mercadorias, o que representou aumento de 2,22% em comparação com o ano anterior. Os terminais administrados pela CODESA foram responsáveis pela movimentação de 3,01 milhões de toneladas, o que representou uma queda de 7,69% em relação ao ano anterior. Já as instalações arrendadas responderam por 4,28 milhões de toneladas, representando um aumento de 10,57%, compensando a perda dos terminais administrados pela CODESA.

A queda do volume de cargas percebida nos Terminais da CODESA; além da diminuição do ritmo operacional em função das obras de recuperação e ampliação do Porto, é reflexo das crises hídrica e econômica pelas quais o país e o mundo passaram no ano de 2015, uma vez que a diminuição do ritmo das grandes obras, a dificuldade nos plantios e a consequente queda na demanda de insumos agrícolas, a desaceleração da economia chinesa e a queda do preço do petróleo, causaram a diminuição na movimentação de

máquinas, de fertilizantes e no número de atracções de embarcações de apoio offshore.

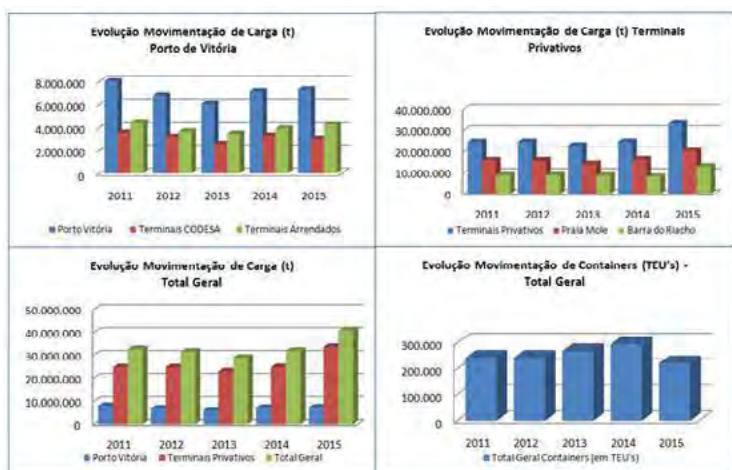
Ainda assim, os terminais arrendados e privativos apresentaram aumento no volume de cargas movimentadas - 10,57% e 35,73%, respectivamente -, o que fez com que no total geral o complexo dos portos públicos do Espírito Santo registrassem aumento de 28,22% no ano de 2015.

O quadro a seguir mostra a evolução da movimentação de carga nos últimos cinco anos. Nesse período, verifica-se que os terminais do Porto de Vitória apresentaram ligeira retração de 8,74% na movimentação de cargas. Os números reforçam que as obras de dragagem do canal de acesso e de recuperação da plataforma operacional do Cais de Capuaba, ao diminuir as janelas de atracções e quantidade de berços disponíveis, impactaram no desempenho do Porto de Vitória. Entretanto, o aumento na movimentação de cargas nos terminais privativos em 36,18% indica que, mesmo sob influência de um cenário desfavorável para o comércio exterior, os portos organizados do Espírito Santo têm potencial para manter o crescimento da atividade no médio prazo.

DEMONSTRATIVO OPERACIONAL - MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS (PESO BRUTO - T)							
Terminal/Cais	2011	2012	2013	2014	2015	Var. (%) 2015-2011	Var. (%) 2015-2014
Porto Vitória	7.998.175	6.801.459	6.004.118	7.140.705	7.299.196	-8,74	2,22
Terminais CODESA	3.532.834	3.166.031	2.579.335	3.264.288	3.013.160	-14,71	-7,69
Cais Comercial	708.007	361.462	330.759	443.652	368.983	-47,88	-16,83
Cais Capuaba	2.510.693	2.796.929	2.221.546	2.391.850	1.900.722	-24,29	-20,53
Cais Paul-Gusa	314.135	7.640	27.030	428.787	743.455	136,67	73,39
Terminais Arrendados	4.465.340	3.635.427	3.424.783	3.876.416	4.286.036	-4,02	10,57
Terminal Vila Velha - TVV	3.090.648	2.772.586	2.651.081	2.914.874	3.253.352	5,26	11,61
Terminal PEIÚ	850.949	328.034	271.046	300.106	361.656	-57,5	20,51
Flexibras	63.748	42.136	44.702	47.094	72.481	13,7	53,91
CPVV*	459.996	492.670	457.954	614.342	598.548	30,12	-2,57
Terminais Privativos	24.637.409	24.660.161	22.909.596	24.720.205	33.551.985	36,18	35,73
Praia Mole	15.881.132	15.808.079	14.231.019	16.266.402	20.131.560	26,76	23,76
Barra do Riacho	8.756.277	8.852.082	8.584.657	8.116.981	13.078.262	49,36	61,12
Barra do Riacho - Portocel	5.870.424	5.762.638	6.783.362	6.035.716	12.611.677	114,83	108,95
Barra do Riacho - Barcaças	2.885.853	3.089.443	1.801.295	2.081.265	466.585	-83,83	-77,58
TABR/Petrobras - Barra do Riacho**	-	-	93.920	336.822	342.163	-	1,59
Total Geral	32.635.584	31.461.619	28.913.714	31.860.910	40.851.181	25,17	28,22
Total Geral Contêineres (em TEU's)	280.260	268.934	296.296	238.926	222.556	-8,71	-24,89
Total Geral Contêineres (em TEU's)	280.260	268.934	296.296	238.926	222.556	-8,71	-24,89

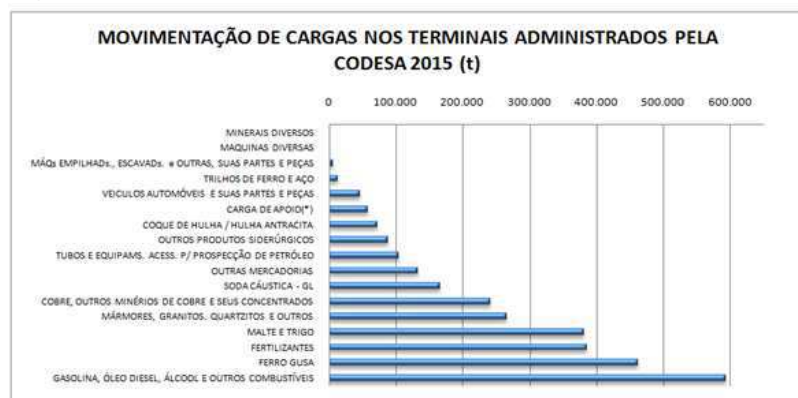
* - Terminal Privativo dentro da área do Porto Organizado

** - Iniciou operação em 2013.



Fonte: Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento - CODESA

As principais cargas movimentadas no Porto de Vitória em 2015 foram gasolina, óleo diesel, álcool e outros combustíveis; ferro gusa; fertilizantes; malte, trigo; mármore e granitos; cobre e seus concentrados e soda cáustica. O gráfico abaixo ilustra as cargas movimentadas, ordenadas segundo a quantidade total.



* Carga de apoio à plataforma, peças (suporte), caixas e acessórios diversos.

Fonte: Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento - CODESA.

Em 2015, o Porto de Vitória recebeu 3.729 atracções, o que representou uma queda de 7,12% em relação a 2014, puxada principalmente pela menor quantidade de atracções de embarcações cargueiras, uma vez que o número de atracções de embarcações de apoio às plataformas de petróleo offshore se manteve estável - 2.885 atracções em 2015, ante 2.879 atracções em 2014. Dessa forma, como no ano anterior, verificou-se participação expressiva deste segmento no total, com percentual de 77,37% dos registros.

Os Terminais da CODESA apresentaram um aumento de 8,03% nas atracções, enquanto que os Terminais Arrendados apresentaram uma queda de 12,90% em 2015, fato acompanhado pelos Terminais Privativos, que experimentaram uma redução de 4,48% no número de embarcações atracadas no ano.

Apesar de ser uma melhora no desempenho do porto, com reflexos na redução da fila de navios na barra, a queda do indicador de tempo médio de espera, retrata também menores demandas de chamadas para atracções. Os quadros seguintes apresentam a evolução dos principais indicadores operacionais do Porto de Vitória e dos Terminais Privativos.

DEMONSTRATIVO OPERACIONAL - Nº ATRACÇÕES							
Terminal	2011	2012	2013	2014	2015	Varição 2015- 2011	Varição 2015- 2014
Porto Vitória	3.791	3.886	3.945	4.015	3.729	-1,64%	-7,12%
Terminais CODESA	1.075	956	1.043	1.109	1.198	11,44%	8,03%
Terminais Arrendados/ CPVV	2.716	2.930	2.902	2.906	2.531	-6,81%	-12,90%
Terminais Privativos	1.373	1.424	1.270	1.631	1.558	13,47%	-4,48%
Praia Mole	533	575	481	484	543	1,88%	12,19%
Barra do Riacho	840	849	755	1.044	934	11,19%	-10,54%
TABR - Petrobras - Barra do Riacho*	0	0	34	103	81	-	-21,36%
Total Geral	5.164	5.310	5.215	5.646	5.287	2,38%	-6,36%

* Iniciou operação em 2013

Fonte: Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento - CODESA

Vitória (ES), Quinta-feira, 31 de Março de 2016.

DEMONSTRATIVO OPERACIONAL - Taxa Média de Ocupação Berço					
Berço	2013	2014	2015	Varição 2015-2013	Varição 2015-2014
Porto Vitória					
Terminais CODESA					
Capuaba					
Capuaba 201	64,37%	60,66%	89,94%	39,72%	48,27%
Capuaba 202	71,39%	58,95%	58,77%	-17,68%	-0,31%
Capuaba 207	48,05%	52,87%	28,77%	-40,12%	-45,58%
Terminal Paul					
Paul 905	59,78%	58,75%	88,10%	47,37%	49,96%
Terminal São Torquato					
São Torquato 902	-	9,55%	9,66%	-	-
Vitória					
Cais Comercial 101	54,71%	53,74%	86,73%	58,53%	61,39%
Cais Comercial 102	57,67%	63,06%	90,17%	56,36%	42,99%
Cais Comercial 103	45,32%	62,68%	76,83%	69,53%	22,57%
Cais Comercial 104*	-	-	0,03%	-	-
Terminais Arrendados					
Terminal Ilha do Príncipe - Flexibrás					
Flexibrás 906	62,80%	56,07%	38,07%	-39,38%	-32,10%
Terminal Peiu					
Peiú 206	89,60%	60,33%	47,22%	-47,30%	-21,73%
Terminal TVV					
TVV 203	57,00%	53,60%	42,94%	-24,67%	-19,89%
TVV 204	54,03%	63,86%	56,24%	4,09%	-11,93%

* Berço disponibilizado para apoio a operações offshore.

Fonte: Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento - CODESA

DEMONSTRATIVO OPERACIONAL Tempo Médio de Espera de Navios (h)							
Terminal	2011	2012	2013	2014	2015	Varição 2015- 2011	Varição 2015- 2014
Porto Vitória							
Terminais CODESA							
Vitória	14,12	23,84	14,19	13,83	10,83	-23,30%	-21,69%
Capuaba	46,72	63,22	27,8	39,37	21,95	-53,02%	-44,25%
Terminal Paul-Gusa	17,88	39,72	4,23	17,07	14,78	-17,31%	-13,40%
Terminal São Torquato	9,52	-	-	28	71,63	652,85%	-
Terminais Arrendados/CPVV							
Terminal Vila Velha - TVV	17,52	20,85	20,22	22,7	14,37	-18,01%	-36,71%
Terminal Peiú	23,2	15,15	23,9	10,48	14,05	-39,44%	34,06%
Terminal Ilha do Príncipe - Flexibrás	8,52	6,76	7,18	8,6	9,7	13,84%	12,79%
Cia. Portuária de Vila Velha - CPVV	78,68	34,04	35,24	31,75	31,85	-59,52%	0,31%
Terminais Privativos							
Praia Mole	1,93	2,36	14,1	87,23	126,88	6470,86%	45,46%
Barra do Riacho	15,74	11,65	6,8	13,65	11,5	-26,93%	-15,75%
TABR - Petrobras - Barra do Riacho*	0	0	43,72	38,95	106,6	-	173,68%
Terminal de Bento Ferreira (Zemax)**	3,79	7,48	8,65	2,08	1,67	-	-19,87%

* Iniciou operação em 2013 - ** Iniciou operação em 2011

3. INVESTIMENTOS

Em 2015, os investimentos realizados no Porto de Vitória totalizaram R\$ 68,005 milhões, dos quais R\$ 929,693 mil se referem a recursos próprios e R\$ 67,076 milhões a recursos da União. Abaixo, é apresentado o detalhamento da execução dos investimentos:

INVESTIMENTOS - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Rubricas	Valores Executados		[R\$]
	2014	2015	Varição 2014-2015
Investimentos	48.514.187	68.005.717	40,18%
RECURSOS PRÓPRIOS	4.671.970	929.693	-80,10%
Manutenção e Adeq. de Ativos Informática	455.756	204.978	-55,02%
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	494.187	551.581	11,61%
Manutenção e Adeq. Bens Mov. Veic. Equpt ^{os}	57.520	173.134	201,00%
Adequação Instalações de Circulação Porto Vitória	3.664.507	1.094.442	-70,13%
RECURSOS DA UNIÃO	43.842.217	65.981.582	50,50%
Adequação Inst. Gerais e Suprt ^o Porto Vitória	530.387	-	-
Readequação do Pátio de estocagem p/ carga pesada C. Comerc.	36.261	-	-
Construção Cais Região Dolphins do Atalaia	20.347.943	57.920.011	184,65%
Adequação Instalações Circulação P. Vitória	10.664.526	-	-
Obras Contenção e Ampliação Cais P. Vitória	11.755.776	-	-
Estudos e Projetos Infraestrutura Portuária	432.224	-	-
Implantação de sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios	-	7.311.571	-
Implantação de Sist. de Apoio ao Gerenc. da Infraest. Portuária	-	750.000	-
Implantação Prog. de Conf. Gerenciamento Res. Sólidos	75.100	-	-

Fonte: Relatório Gerencial Conselho de Administração
Elaboração: Coordenação de Finanças e Orçamento.

Entre os principais investimentos tiveram destaque a obra de construção do novo cais na região dos dolphins do Atalaia, o processo de implantação do sistema de apoio à gestão de tráfego de navios - Vessel traffic Management Information System, o VTMIS, e a obra de adequação nas instalações de circulação do Porto de Vitória, assuntos estes que estarão melhor detalhados mais adiante, na sessão Fatos Relevantes.

4. RECURSOS HUMANOS

Em 2015, o Plano de Capacitação Anual, desenvolvido pelo Comitê de Capacitação, promoveu treinamentos, cursos, palestras e workshops, todos alinhados aos objetivos estratégicos da Companhia. O montante de 10.537 horas de treinamento realizado resultou na média de 31,36 horas de treinamento por empregado, número bem superior à meta prevista de 20,00 horas para cada colaborador.

Importante destacar que deste total, 6.164 horas foram promovidas em cursos in company, modalidade que permitiu grande participação de empregados, com economia de recursos da empresa.

Ainda no âmbito do incentivo à qualificação do seu quadro de pessoal, a Companhia manteve seu programa de auxílio-educação, para subsidiar cursos de nível superior e pós-graduação nas áreas de conhecimento relacionadas às atividades portuárias.

Alguns outros importantes projetos foram mantidos e desenvolvidos, destacando-se: concurso para Guarda Portuária; Programa de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados (PLR), tratativas para implementação de Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV).

5. MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA

Visando o cumprimento de Licença Ambiental de Regularização nº 006/2014, a CODESA intensificou as fiscalizações das operações portuárias, estabelecendo um cronograma fixo de monitoramento ambiental da qualidade da água, biota e sedimento da Baía de Vitória. Com o apoio de parceria, realizou-se a medição bimestral dos caminhões que circulam no Porto de Vitória, especificamente no Cais de Capuaba, garantindo melhor análise das condições de emissão de fumaça preta destes veículos. Estas e outras ações de controle ambiental garantiram a CODESA, uma vez mais, aumento na nota dada pela Agência Reguladora no Índice de Desempenho Ambiental passando de 43,92 em 2014, para os atuais 46,10.

Destacam-se, em 2015, três relevantes iniciativas no âmbito da Segurança e Saúde do trabalhador: a revisão do Plano de Controle de Emergências (PCE), o treinamento sobre Operações e Armazenagem de Cargas Perigosas em área portuária e a Semana de Saúde do Trabalhador Portuário, com a participação da Secretaria de Portos e outros agentes do Poder Público.

Campanhas educativas como a implantação do Programa Ambiental de Coleta Seletiva, e, a Campanha de Ação, Prevenção e Combate a Dengue, Chikungunya e Zika Virus, com ações de conscientização, monitoramento de área e tratamento de possíveis focos do mosquito Aedes aegypti foram ações que pela finalidade e resultados alcançados reforçaram a preocupação da Companhia em garantir o interesse público.

No que se refere a segurança do seu Patrimônio, a CODESA foi o primeiro porto a se adequar a decisão da CONPORTOS, estabelecendo a presença do Supervisor de Segurança Patrimonial 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias da semana.

6. IMAGEM E RELACIONAMENTO CORPORATIVO

Em pesquisa divulgada em 2015 pelo Instituto de Logística e Supply Chain (ILOS), houve a melhora da pontuação do Porto de Vitória no que se refere à opinião dos usuários do sistema portuário brasileiro, ocupando hoje a 4ª colocação no ranking. A CODESA esteve presente em importantes eventos do segmento portuário: Intermodal South America (SP), Twig Talk 2015 (BH), ENAEX (RJ) e OTC BRASIL 2015 (RJ), fortalecendo relacionamento institucional com diversos atores do setor. Para os eventos, foi apresentado um aplicativo interativo para telas touchscreen. A iniciativa, inédita entre as Companhias Docas, possibilita acesso direto a informações em português, inglês e espanhol sobre todos os berços e terminais portuários do Espírito Santo, promovendo interação entre visitantes, clientes e alunos.

A CODESA, em 2015, fortaleceu seu relacionamento com a área acadêmica, com a celebração de acordo de cooperação técnica com o Observatório Cidade Porto (OCP), da Universidade de Vila Velha, para parceria na realização de estudos de interesse do porto e da instituição de ensino. Já foram iniciadas as pesquisas, e a primeira foi voltada à temática da "Sustentabilidade e o trabalhador Portuário", e contou com o apoio do Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO-ES) na aplicação dos questionários da pesquisa aos trabalhadores.

7. FATOS RELEVANTES

Obras do novo Cais do Atalaia

As obras do novo Cais do Atalaia, que contemplam a retirada da estrutura dos dolphins, tiveram importante etapa concluída em 2015: o desmonte do maciço rochoso, avanço físico este que representa 54% da execução de toda obra. A construção do cais corrido e do retroberço multiuso possibilitarão, após sua conclusão, que as instalações, que atualmente movimentam exclusivamente grânéis líquidos, tenham capacidade para operar também grânéis sólidos e carga geral evitando com isso, migração de cargas destas naturezas para outros portos. Esse novo cenário traz como benefícios a melhor utilização do espaço portuário e o aumento da oferta de berços aos usuários do Porto de Vitória.

Obras de dragagem de aprofundamento e derrocagem

O ano de 2015 foi marcado pelo empenho da CODESA para a continuidade dos serviços das obras de dragagem do Porto de Vitória, garantindo a assinalatura de termo aditivo do contrato.

Por meio de reuniões entre a Companhia, a Secretaria de Portos, o Instituto Nacional de Pesquisas Hidrográficas - INPH e o consórcio executor da dragagem buscou-se definir tecnicamente os preços de mobilização dos novos equipamentos que serão necessários para a conclusão dos serviços.

Adequação das instalações de circulação do Porto de Vitória

A conclusão da reforma geral de adequação nas instalações de circulação da plataforma operacional do Terminal de Capuaba está permitindo melhorias nas vias de acesso interno à retroárea e na infraestrutura dos pátios, contribuindo para a racionalização do uso dessas áreas, tornando toda a estrutura do Cais de Capuaba mais produtiva. Além disso, a recomposição do pavimento do local facilita a movimentação de veículos e equipamentos, proporcionando mais segurança nas operações. A reforma e a ampliação da malha ferroviária de Capuaba, com a implantação da perra férrea permitiram ao Porto de Vitória expedir mercadorias pelo modal ferroviário, permitindo ganhos econômicos e de eficiência aos usuários do Porto.

VTMIS

Em 2015 foram iniciadas as obras para implantação do sistema de apoio à gestão de tráfego de navios – Vessel Traffic Management Information System, o VTMIS -, sendo que o Porto de Vitória deverá ser o primeiro porto no Brasil a contar com tal sistema. O VTMIS é um sistema de controle e gerenciamento de tráfego de embarcações semelhante ao sistema de controle de tráfego aéreo. O principal objetivo do sistema é promover segurança à embarcação nos portos e zonas costeiras, possibilitando o monitoramento em tempo real da posição da embarcação, da velocidade da mesma, e ainda outras informações que facilitam e aperfeiçoam o procedimento de atracação sendo, portanto, um sistema que auxiliará a, entre outras tarefas, a monitorar e organizar o tráfego e a monitorar os fatores de risco (ambientais ou não), contribuindo para a eficiência e segurança das operações no porto, diminuindo os chamados “riscos de manobra”.

Plano de Negócio e Plano de Desenvolvimento e Zoneamento

No segundo semestre de 2015 a CODESA finalizou o Plano de Negócios que contempla a proposição de organização dos negócios nos aspectos: Logísticos; Gestão, Econômico e Financeiro; Institucional e Jurídico.

O Plano de Desenvolvimento e Zoneamento, instrumento de planejamento operacional da Administração Portuária, compatibiliza as políticas de desenvolvimento urbano dos municípios, do estado e da região onde se localiza o Porto de Vitória e de Barra do Riacho. Visa, no horizonte temporal, o estabelecimento de ações e de metas para a expansão racional e a otimização do uso de áreas e instalações do porto, com aderência ao Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP e respectivo Plano Mestre, foi apresentado à SEP em sua versão preliminar ao final de 2015.

Cadeia Logística Portuária Inteligente

Ao fim de 2015 foi procedida a abertura, das propostas encaminhadas para

participação da licitação Nº 001/2015, que tinha como objeto a implantação do projeto Cadeia Logística Portuária Inteligente, no Porto de Vitória.

O consórcio vencedor da licitação terá o prazo de 43 (quarenta e três) meses para a realização dos serviços de elaboração e desenvolvimento dos projetos básicos e executivos, a execução das obras, o fornecimento e a instalação de equipamentos, redes e respectivos softwares, o desenvolvimento de sistema integrador, a realização de testes dos equipamentos, sistemas e softwares, testes preliminares, treinamento, operação assistida, manutenção e suporte técnico. O projeto, quando implantado, garantirá maior eficiência dos fluxos de transportes que acessam os portos através da sincronização dos diversos procedimentos operacionais o que impactará positivamente nas operações portuárias, com resultados na redução dos custos operacionais e na correção de processos ineficientes.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Em 2015, a Companhia realizou a contratação e a elaboração do PDTI, importante instrumento que norteará as suas ações de Tecnologia da Informação para o triênio 2016-2018. O Plano promoverá o alinhamento com o Plano Estratégico Institucional (PEI) e possibilitará à companhia utilizar as melhores práticas do mercado em relação à gestão de Tecnologia da Informação.

8. AGRADECIMENTOS

Renovamos nossos agradecimentos aos nossos acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviço.

Vitória, 25 de fevereiro de 2016.

DIRETORIA EXECUTIVA**Graciano Ulisses Merlo**

Diretor Presidente/ Diretor de Infraestrutura e Operações

Mayhara Monteiro Pereira Chaves

Diretora de Planejamento e Desenvolvimento

Roberto Carlos Teles Braga

Diretor de Administração e Finanças

Aprovado na 1610ª reunião ordinária da Diretoria Executiva – DIREXE, em 25 de fevereiro de 2016. Aprovado na 450ª reunião extraordinária do Conselho de Administração – CONSAD, em 11 de março de 2016.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em reais)

ATIVO	NOTA	2015	2014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	2015	2014
Circulante				Circulante			
Bancos conta movimento	4	181.720	49.227	Fornecedores	13	1.743.657	2.233.441
Aplicações financeiras	4	67.135.449	57.212.788	Obrigações sociais e assistenciais	14	4.908.010	4.679.224
Bancos - SIAFI/Convênio SEP	4	6.710.490	18.395.127	Obrigações fiscais e trabalhistas	15	7.289.141	6.950.997
Clientes	5.1	6.696.697	4.774.253	Empréstimos e financiamentos	16	1.550.500	1.550.500
(-) Prov. p/perdas recebimento crédito	5.1	-1.015.250	-762.068	PSP - adiantamentos de clientes	17	1.434.021	1.305.127
Devedores diversos	5.2	10.860	9.714	Credores por depósitos caucionados	17	11.601	17.325
Adiantamentos a funcionários	6	1.837.351	1.671.871	Depósitos contribuições e consignações a recolher	18	1.898.424	1.572.000
Impostos a compensar/recuperar	7	5.437.933	4.507.535	Impostos s/ serviços e repasses	19	1.644.725	1.829.554
Almoxarifado		95.235	177.075	Créditos de arrendamentos e cessão de uso de áreas	20	4.109.091	5.418.182
Valores a apropriar	5.3	65.030	2.000	Provisões para contingências	21	5.439.566	5.490.451
Despesas antecipadas	8	236.400	586.741	PLR Particip. Empregados nos Resultados	23.1	742.552	0
				Dividendos	23.2	3.023.254	3.833.025
Total do Ativo Circulante		87.391.915	86.624.263	Outras obrigações	24	972.865	935.769
				Total do Passivo Circulante		34.767.407	35.815.595
Não Circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Obrigações fiscais e trabalhistas	15	16.029.001	17.305.437
Depósitos para recursos judiciais	9	34.645.763	33.879.796	Empréstimos e financiamentos	16	202.923	940.268
Usuários c/ liminar		142.880	142.880	Créditos de arrendamentos e cessão de uso de áreas	20	32.000.001	34.000.001
Clientes longo prazo	10	627.361	628.583	Provisões para contingências	21	15.813.497	25.580.448
Outros valores a receber	11	4.593.187	4.255.374	Obrigações Societárias -AFAC (Reclassificado 2014)	22	60.340.844	15.816.082
Total do Realizável a Longo Prazo		40.009.190	38.906.633	Outras obrigações	24	4.123.136	6.370.079
				Total do Passivo Não Circulante		128.509.402	100.012.315
Investimento		1.587	1.587	Patrimônio Líquido			
Imobilizado	12.1	454.778.148	386.123.961	Capital social integralizado	25.1	297.940.097	273.490.299
Intangível	12.2	8.241.362	6.969.950	Reserva legal	25.2	1.316.768	759.854
Depreciação e amortização		-107.319.687	-97.049.255	Reserva retenção de lucros	25.3	20.568.839	11.499.076
				Lucros (Prejuízos) acumulados		0	0
Total do Ativo Não Circulante		395.710.600	334.952.876	Total do Patrimônio Líquido	25	319.825.705	285.749.229
Total do Ativo		483.102.514	421.577.139	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		483.102.514	421.577.139

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vitória (ES), Quinta-feira, 31 de Março de 2016.

71

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
findos em 31 de dezembro - (Em reais)		
	2015	2014
Receitas	131.506.523	132.008.171
Receita da operação portuária	104.672.533	99.901.251
Receita de arrendamentos	28.279.432	30.541.928
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(253.183)	(585.008)
Ganho (perda) na alienação de ativos imobilizados	(1.192.259)	2.150.000
Insumos adquiridos de terceiros	(23.677.175)	(19.589.415)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(19.095.113)	(18.848.015)
Outros custos	(4.582.062)	(741.400)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	107.829.348	112.418.756
Depreciação/amortização	(10.406.632)	(10.262.119)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	97.422.716	102.156.637
Valor adicionado recebido em transferência	15.804.983	11.228.358
Receitas financeiras	8.227.490	8.760.698
Outras	7.577.493	2.467.660
Valor adicionado a distribuir	113.227.698	113.384.995
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	77.334.822)	70.974.050)
Remuneração direta	(58.272.419)	(52.446.463)
Benefícios a empregados	(14.830.334)	(14.721.866)
FGTS	(3.072.498)	(2.752.957)
Honorários da diretoria	(1.159.570)	(1.052.764)
Tributos	(16.940.960)	(19.279.339)
Federais (Reclassificado 2014)	(14.612.111)	(16.728.118)
Estaduais e municipais (Reclassificado 2014)	(2.328.849)	(2.551.221)
Remuneração de capitais de terceiros	(7.813.631)	(7.934.532)
Despesas financeiras	(7.813.631)	(7.934.532)
Remuneração de capitais próprios	11.138.286	15.197.074
Dividendos propostos	(3.023.254)	(3.833.025)
Lucros retidos/Resultado exercício	(9.069.763)	(11.499.076)
Reserva Legal	(556.914)	(759.854)
Ajustes Exercícios Anteriores	1.511.646	894.881

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em reais)		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2015	2014
Lucro (Prejuízo) Líquido	11.138.286	15.197.074
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa líquido		
Aplicado/Obtido nas Atividades Operacionais		
Depreciação e amortização	10.406.632	10.262.119
Ajustes de exercícios anteriores	1.511.646	894.881
Outros não caixa	4.093.872	-
Prejuízo (lucro) na venda de bens do imobilizado	302.714	(2.650)
Varição monetária de crédito acionistas	5.467.199	5.503.856
Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes e não circulantes		
Duplicatas a receber	(1.668.041)	(405.170)
Almoxarifado	81.840	(131.759)
Despesas antecipadas	350.342	(571.127)
Outros créditos curto e longo prazo	(2.123.752)	(4.393.362)
Fornecedores	(489.784)	(1.458.014)
Impostos a recolher	(796.697)	1.548.067
Salários e encargos sociais	327.558	529.165
Receitas diferidas	(3.309.091)	(2.654.546)
Aumento em provisões p/ ações judiciais	(4.423.837)	(6.650.903)
Outros débitos/contas a pagar - curto e longo prazo (Reclassificado 2014)	(4.733.514)	(5.659.229)
Convênio SEP	2.103.382	1.296.564
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades operacionais	18.238.755	13.304.966
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(65.424.226)	(33.785.130)
Aquisição de bens do ativo intangível	(1.320.293)	(10.400)
Baixa de bens do ativo imobilizado	1.078.084	1.103.121
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades de investimentos	(65.666.435)	(32.692.409)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos	(737.345)	(751.046)
Recursos financeiros da união para investimento do imobilizado	8.196.312	26.159.459
Recursos financeiros / convênio SEP	3.488.325	(517.821)
Recursos financeiros da união para aumento de capital	44.524.762	8.401.331
Pagamento de Dividendos (Reclassificado 2014)	2.010.779	3.833.025
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos	57.482.834	37.124.948
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.055.154	17.737.505
CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA EM 1º DE JANEIRO DE 2015	57.262.015	39.524.510
CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	67.317.169	57.262.015

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
em 31 de dezembro de 2015 - (em reais)						
Discriminação	Capital social	Reserva Legal	Reservas de retenção de lucros	Reservas de capital	Resultados acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2013	300.342.654	0	0	51.069.768	-77.526.936	273.885.486
(-) Ajuste de exercícios anteriores	0	0	0	0	894.881	894.881
Aumento de capital	50.674.581	0	0	-50.674.581	.	0
Redução de capital	-77.526.936	0	0	0	77.526.936	0
Créditos de acionistas para futuro aumento de capital	0	0	0	-395.187	0	-395.187
Resultado abrangente do período	0	0	0	0	0	0
Lucro líquido do exercício	0	0	0	0	15.197.074	15.197.074
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	0	759.854	0	0	-759.854	0
Reserva de retenção de lucros	0	0	11.499.076	0	-11.499.076	0
Dividendo mínimo	0	0	0	0	-3.833.025	-3.833.025
Saldos em 31/12/2014	273.490.299	759.854	11.499.076	0	0	285.749.229
Ajustes Exercícios Anteriores	0	0	0	0	1.511.646	1.511.646
Aumento de capital	24.449.799	0	0	0	0	24.449.799
Redução de capital	0	0	0	0	0	0
Créditos de acionistas para futuro aumento de capital	0	0	0	0	0	0
Resultado abrangente do período	0	0	0	0	0	0
Lucro líquido do exercício	0	0	0	0	11.138.286	11.138.286
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	0	556.914	0	0	-556.914	0
Reserva de retenção de lucros	0	0	9.069.763	0	-9.069.763	0
Dividendo mínimo	0	0	0	0	-3.023.254	-3.023.254
Saldos em 31/12/2015	297.940.097	1.316.768	20.568.839	0	0	319.825.705

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)			
	Nota	2015	2014
Receita operacional bruta		132.951.965	130.443.179
Receita da operação portuária		104.672.533	99.901.251
Outras receitas operacionais		28.279.432	30.541.928
Dedução da receita		-14.683.581	-14.605.318
Receita operacional líquida	26	118.268.385	115.837.861
Custos dos serviços prestados	27		
Custos da operação portuária		-55.279.305	-51.644.325
Lucro bruto		62.989.079	64.193.536
Despesas operacionais	28		
Despesas administrativas		-55.549.228	-49.287.966
Despesas tributárias		-1.171.451	-899.793
Lucro operacional antes do resultado financeiro		6.268.401	14.005.777
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	29	499.349	826.166
Outras receitas (despesas) operacionais	30	6.385.233	4.139.359
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		13.152.982	18.971.302
Imposto de renda e contribuição social		-1.272.144	-3.774.228
Lucro líquido antes participações		11.880.839	15.197.074
(-) Participação Empregados (6,25%)		-742.552	0
Lucro líquido após participações		11.138.286	15.197.074
Quantidade de ações do capital social integralizado		2.316.177.141	2.133.616.722
Lucro por ação		0,0051	0,0071

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO SOCIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014						
1 - Base de Cálculo		2015 Valor (Mil reais)			2014 Valor (Mil reais)	
Receita líquida (RL)		118.268.385			115.837.861	
Resultado operacional (RO)		13.152.982			18.971.302	
Folha de pagamento bruta (FPB)		65.042.234			61.014.290	
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.914.167	6,02%	3,31%	3.758.645	6,16%	3,24%
Encargos sociais compulsórios	14.720.860	22,63%	12,45%	16.358.032	26,81%	14,12%
Previdência privada	2.442.664	3,76%	2,07%	2.207.415	3,62%	1,91%
Saúde	6.732.383	10,35%	5,69%	4.934.349	8,09%	4,26%
Educação	394.853	0,61%	0,33%	22.296	0,04%	0,02%
Capacitação e desenvolvimento profissional	347.102	0,53%	0,29%	242.136	0,40%	0,21%
Creches ou auxílio-creche	326.828	0,50%	0,28%	685.199	1,12%	0,59%
Outros	2.518.452	3,87%	2,13%	1.583.179	2,59%	1,37%
Total - Indicadores sociais internos	31.397.308	48,27%	26,55%	29.791.251	48,83%	25,72%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	100.000	0,53%	0,09%
Total das contribuições para a sociedade	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.110.626	16,05%	1,78%	4.557.473	24,02%	3,93%
Total - Indicadores sociais externos	2.110.626	16,05%	1,78%	4.657.473	24,55%	4,02%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	1.259.605	9,58%	1,07%	57.684	0,30%	0,05%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	43.096	0,23%	0,04%
Total dos investimentos em meio ambiente	1.259.605	9,58%	1,07%	100.780	0,53%	0,09%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa (*)	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2015		2014		
Nº de empregados(as) ao final do período		335		340		
Nº de admissões durante o período		4		5		
Nº de estagiários(as)		57		58		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		5		5		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2015 Valor (Mil reais)		Metas 2016		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		13,09		-		
Número total de acidentes de trabalho		3		0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por (*):	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla (**):	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(x) não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva	(x) não se envolverá	() apoiará	() organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	-	-	na empresa	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2015:	107.833.699		Em 2014:	113.384.995	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	15,7 % governo; 71,4 % colaboradores(as); 1,7 % acionistas; 7,2 % terceiros; 5,1 % retido;			16,2% governo; 67,6 % colaboradores; 0,0 % acionistas; 8,8 % terceiros; 0% retido		
7 - Outras Informações						
(*) Metas para minimizar resíduos: projeto em andamento.						
(*) Os padrões de Segurança e salubridade no ambiente de trabalho utilizados na CODESA estão de acordo com a Lei 4.860/65 e a Portaria 25/82 da DTM.						
(**) Previdência Privada: os funcionários admitidos a partir de 2009 ainda não estão contemplados.						

Vitória (ES), Quinta-feira, 31 de Março de 2016.

73

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

EM REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, sociedade de Economia Mista Federal, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP, é dotada de personalidade jurídica de direito privado e regida por legislação que trata do regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias. O objeto social da CODESA, em harmonia com os planos, programas e orientações da SEP, é exercer a função de Autoridade Portuária e administrar e explorar comercialmente os portos organizados de Vitória, Praia Mole e Barra do Riacho e demais instalações portuárias localizadas no Estado do Espírito Santo que lhe forem incorporadas.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da CODESA foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e suas respectivas alterações, e Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelo disposto na Nota Explicativa 31.

As provisões passivas contingentes estão em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme mencionado na Nota Explicativa 21. Com base em informações da Coordenação Jurídica a companhia faz anualmente estudos do passivo judicial em trâmite na Justiça do Trabalho e Comum Estadual, sendo as contingências classificadas entre (i) prováveis - para as quais são constituídas provisões, (ii) possíveis - apenas divulgadas e não provisionadas e (iii) remotas - não requerem provisão e nem divulgação.

A CODESA é patrocinadora do Plano de Benefícios PORTUS 1 - PBP1, conforme mencionado na Nota Explicativa 31. O acordo firmado entre a CODESA e o PORTUS, para pagamento da participação correspondente ao tempo de serviço prestado pelos empregados quando da adesão da CODESA ao plano de pensão, vem sendo pago regularmente. Considerando os fatos e eventos em controvérsia entre as partes, a CODESA aguarda correspondência oficial do PORTUS - Instituto de Seguridade Social em relação à dívida com o plano em 31/12/2016 a respeito das contribuições normais, extraordinárias. O déficit apontado pela Carta Circular Interv - Coratu - M 008/2015, de 05 de março de 2015, no montante de R\$139.546.252,94 não foi reconhecido conforme estabelece o Pronunciamento técnico CPC 33 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS -, tendo em vista que a Companhia contesta a dívida.

2.1 Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis, após aprovadas em DIREXE, foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 10 de março de 2016.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas uniformemente em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado.

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e, a moeda de apresentação da CODESA.

3.2 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios sendo a receita de serviços prestados reconhecida no resultado em função de sua realização.

3.2.1 Reconhecimento de receita

A receita considera o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no andamento normal das operações da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e contribuições, devoluções e abatimentos. A CODESA reconhece a receita quando o valor da receita pode ser seguramente mensurado, sendo provável que benefícios econômicos futuros se revertam em favor da Companhia. A CODESA reconhece em seus resultados a receita de prestação de serviços tomando como base os serviços realizados até a data do balanço.

3.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis é realizada em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que requerem por parte da Administração da Companhia o uso do julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para demandas trabalhistas e cíveis, ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados e outras provisões. Os valores efetivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

3.3.1 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são avaliadas periodicamente.

3.3.2 Provisões para contingências

As provisões para contingências, relacionadas a processos judiciais, trabalhistas e cíveis, são reconhecidas quando a CODESA tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e quando considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, conforme a Nota Explicativa 21. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos possíveis desembolsos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com base no parecer dos consultores jurídicos da Companhia.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional em espécie, depósitos bancários e investimentos de curto prazo por aplicações no mercado aberto, com vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados pela Companhia para gestão financeira e liquidação de seus compromissos de curto prazo (Nota 04).

3.5 Almoxarifado

Compreende, basicamente, materiais de consumo avaliados ao custo médio de aquisição (média ponderada móvel), não excedente ao valor de mercado.

3.6 Provisão de férias

A provisão das férias e seus respectivos encargos estão calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

3.7 Despesas antecipadas

Inclui a aplicação de recursos cujos pagamentos ocorrem antecipadamente em relação aos benefícios que ocorrerão em períodos futuros. A parcela das despesas é reconhecida no resultado de acordo com o princípio da competência (Nota 8).

3.8 Seguros

A Companhia possui seguros destinados à cobertura de seus bens de valores relevantes. A Administração da Companhia considera que o montante contratado nas apólices de seguros em vigor é suficiente para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza das suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (Nota 8.1).

3.9 Ativos não circulantes**3.9.1 Depósitos judiciais**

A Companhia tem recursos financeiros bloqueados, mantidos na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil, em razão de determinação da Justiça do Trabalho, objetivando resguardar futuras decisões das demandas em curso (Nota 9).

3.9.2 Investimentos, Imobilizado e Intangível

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas julgadas pela administração e quando aplicável, de acordo com as normas vigentes (Nota 11). O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens (Nota 12.1). A companhia possui registrados direitos de uso de software, rede de telecomunicações e dados e estudos e projetos, pelo custo de aquisição, deduzido dos valores amortizáveis, calculados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis (Nota 12.2).

3.10 Obrigações

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável.

3.11 Empréstimos

O valor contábil dos empréstimos contempla os encargos financeiros e as variações monetárias incorridas e estão apropriados no resultado do exercício até a data do balanço, conforme demonstrado na Nota 16.

3.12 Imposto de renda e contribuição social

Os tributos incidentes sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido corrente. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo corrente é calculado com base na legislação tributária sendo o imposto de renda calculado à alíquota-base de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social calculada a alíquota de 9%. A administração da Companhia avalia, periodicamente, as questões registradas nas declarações de imposto de renda e registra provisões, com base nos valores que deverão ser pagos aos entes fiscais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CONTAS	2015	2014
Bancos conta movimento	181.720	49.227
Aplicações financeiras	67.135.449	57.212.788
Subtotal	67.317.169	57.262.015
Contas SIAFI/Convênio SEP	6.710.490	18.395.127
Subtotal	6.710.490	18.395.127
Total	74.027.659	75.657.142

A conta "SIAFI" registra valores recebidos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira, disponíveis para custear os investimentos da Companhia. Posteriormente, por meio de decreto, o aumento do capital social da Companhia é autorizado, com a emissão de novas ações da União. A conta "Convênio SEP" registra valores recebidos por meio de convênios firmados entre a Secretaria de Portos - SEP e a Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA. Os convênios vigentes têm como objetivo o repasse de recursos para execução do gerenciamento ambiental integrado da obra de dragagem de aprofundamento e

derrocagem no Porto de Vitória e recursos para serviços técnicos de apoio à fiscalização das obras.

Os valores aplicados decorrentes dos convênios são transformados em aumento de capital. Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, as contas "SIAFI" e "Convênio SEP" foram excluídas do total do disponível, e consideradas como atividades de investimento por estarem vinculadas a formação de ativos destinados ao imobilizado.

5. CONTAS A RECEBER

CONTAS	2015	2014
Contas a receber de clientes	6.696.697	4.774.253
Provisão p/Crédito de Liquid. Duvidosa	-1.015.250	-762.069
Contas a receber de clientes líquido	5.681.447	4.012.184
Devedores diversos	10.860	9.714
Valores a apropriar	65.030	2.000
Total	5.757.337	4.023.898

5.1 Contas a receber de clientes

Os valores de contas a receber são provenientes da prestação de serviços pela Companhia. A provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD, que representa alguma incerteza no recebimento de créditos, foi mensurada e reconhecida a partir da experiência da Companhia e no histórico das perdas efetivas. A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes inadimplentes são reconhecidas como despesas de vendas no resultado do exercício. Os valores a receber vencidos a mais de 01 ano estão registrados na conta Clientes longo prazo.

5.2 Devedores diversos

Representa direitos de créditos de clientes sustentados por acordos negociados com a CODESA.

5.3 Valores a apropriar

Registra adiantamentos efetuados a fornecedores e suprimentos de fundos.

6. ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS

CONTAS	2015	2014
Adiantamentos salários/13º Salários	40.754	40.707
Férias	963.703	852.890
Emprést. de férias-OF-346-09/05/85	776.038	590.695
Salário maternidade	22.790	34.749
Assistência médica/odontológica	15.911	137.865
Diárias de viagem	11.955	10.122
Outros adiantamentos a empregados	6.200	4.843
Total	1.837.351	1.671.871

O saldo das contas é referente a adiantamentos legais concedidos a empregados e que geram direito de crédito a ser descontado em folha de pagamento salarial em períodos subsequentes. O Adiantamento de Férias é descontado no mês subsequente e o empréstimo de férias em 10 parcelas.

6.1 Assistência médica e odontológica

A companhia oferece benefício participativo de assistência médica e odontológica para os seus colaboradores, estendido também aos aposentados. No exercício social de 2015 houve um gasto de R\$1.696.668 e uma recuperação de R\$1.045.839 por meio de desconto em folha de pagamento dos colaboradores ativos e de pagamento direto dos beneficiários aposentados.

Existe um crédito acumulado em função do benefício participativo considerar uma margem de consignação de até 30% do salário mensal dos colaboradores ativos que limita o valor dos descontos, e em função da forma de cobrança da parte dos aposentados. A cobrança dos aposentados sofreu alteração a partir de 2015, quando foram iniciados procedimentos de controle para a utilização do benefício. Este crédito que em 31/12/2015 é de R\$7.640.997 foi registrado como despesa nos períodos em que foram incorridos os gastos, impactando o resultado de exercícios sociais anteriores. Parte deste valor provável de recuperação, no montante R\$1.879.926,55 foi contabilizado como um ativo de longo prazo, e está sendo transferido para o ativo circulante e baixado à medida que ocorrem os pagamentos. O saldo deste ativo de longo prazo em 31/12/2015 é de R\$ 859.020,17.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR E A RECUPERAR

CONTAS	2015	2014
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.570.810	1.677.826
Contribuição social s/ lucro líquido - CSLL	547.341	255.979
COFINS Lei 9.430/1996 e a recuperar	808.749	562.797
PIS/PASEP	175.256	121.965
IRRF S/ aplic. financeiras	1.320.551	1.714.008
Outros impostos a recuperar	15.226	174.961
Total - Ativo circulante	5.437.933	4.507.535
Processo Refis - SRF	4.198.390	3.897.609
Total - Ativo não circulante	4.198.390	3.897.609

Os impostos e contribuições a compensar e a recuperar referem-se créditos retidos na fonte e a saldos remanescentes de períodos anteriores

ao de 2015, a serem utilizados pela CODESA como compensação e/ou recuperação no pagamento dos impostos. O valor no longo prazo relativo ao "Processo Refis-SRF" refere-se a pagamento já efetuado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e não considerado no momento da adesão da CODESA ao novo Refis. Este valor é atualizado monetariamente e aguarda homologação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) para amortizar a dívida atual do Refis.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

CONTAS	2015	2014
Seguros de bens imóveis	-	277.250
Seguros Responsabil.Civil Administr.	229.167	-
Assinatura de jornais e revistas	3.259	6.145
Licença de software	3.974	303.346
Total	236.400	586.741

8.1 Seguros de bens móveis e imóveis

A CODESA renovou contrato de seguro com a empresa Yasuda Marítima Seguros cuja vigência das apólices compreende o período de 26/12/2015 a 26/12/2016. A renovação do seguro foi contabilizada em janeiro de 2016 em função de atraso na documentação.

APÓLICE	PRÊMIO	OBJETO SEGURADO	COBERTURA
1800113321	5.050,39	Prédio/conteúdo: Incendio, Raio, Explosão/Implosão	886.986,28
1800113322 / 1	278.254,72	Prédio/conteúdo: Incendio, Raio, Explosão/Implosão	22.030.016,52
1800113322 / 2	278.254,72	Prédio/conteúdo: Incendio, Raio, Explosão/Implosão	7.456.601,00

8.2 Assinatura de jornais e revistas

A CODESA assina, anualmente, jornais e periódicos para orientação dos colaboradores das áreas de operação e da administração com a finalidade de mantê-los atualizados em suas tarefas.

8.3 Licença e direito de uso de software

O grupo Despesas Antecipadas - aquisições de softwares e direitos de uso foi reduzido em 2015 pela transferência do Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações VTMS - Vessel Traffic Management Information System para o Ativo Intangível.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS TRABALHISTAS E CÍVEIS

Representam ativos da Companhia relativos a valores depositados e mantidos em juízo, por determinação da Justiça do Trabalho, objetivando resguardar futuras decisões das demandas em curso. Partes desses valores são liberadas para os reclamantes em processos trabalhistas e outra parte permanece depositada em conta judicial. A baixa dos valores liberados aos reclamantes e em favor da CODESA é realizada mediante a emissão de alvarás pela justiça. Durante o exercício de 2015 ocorreram depósitos e bloqueios no montante de R\$ 5.283.410,52 mais juros/atualizações dos valores no montante de R\$ 1.004.081,80. Houve liberação aos reclamantes, incluindo custas e encargos, o montante de R\$ 4.495.830,84. Os depósitos recursais efetuados pela CODESA foram de R\$ 395.032,80 e os depósitos trabalhistas foram de R\$ 4.445.996,64. As baixas de valores em favor da CODESA foram de R\$ 1.025.694,89. Os saldos constantes na conta "Direitos Realizáveis a Longo Prazo", apurados com base nos lançamentos relativos a processos trabalhistas e cíveis, estão demonstrados a seguir:

CONTAS	2015	2014
Depósitos judiciais trabalhistas	18.366.399	18.341.621
Depósitos recursais	2.758.299	2.449.674
Depósitos judiciais - Outros	3.981.419	3.548.857
Repasse Justiça - Banco do Brasil	9.454.567	9.454.566
Outros	85.079	85.078
Total	34.645.763	33.879.796

10. CLIENTES NÃO CIRCULANTE

Registram valores de provisão para créditos de liquidação duvidosa, de longo prazo, baixados conforme a realização dos recebimentos devidos.

11. OUTROS VALORES A RECEBER (NÃO CIRCULANTE)

CONTAS	2015	2014
Adiantamentos Diversos	202.659	174.966
Créditos a Recuperar	4.269.816	3.961.718
Fundos de Investimentos	120.712	118.690
Total	4.593.187	4.255.374

Crédito a recuperar - REFIS - Programa de Recuperação Fiscal contempla valores a receber decorrente de processo em andamento no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB. Os Fundos de Investimento contemplam FISET, Empréstimos compulsórios e Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND. O FND, cujo saldo em 31/12/2015 é de R\$ 72.359, foi extinto

Vitória (ES), Quinta-feira, 31 de Março de 2016.

pela Medida Provisória nº 517, de 30 de dezembro de 2010 e pela Lei nº 12.431/11, art. 23 os bens serão inventariados em processo sob a coordenação e supervisão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, tornando a União sua sucessora nos direitos e obrigações e ações judiciais. Os demais valores que compõe a conta de Fundos de Investimentos são Embraer (R\$ 1.061,68), FISET - Fundo de Investimento Setorial (R\$ 12.478,25) e Empréstimos Compulsórios (R\$ 34.813,96). Adiantamentos diversos registram valores a receber não contemplados no ativo circulante.

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

12.1 Imobilizado

IMOBILIZADO LÍQUIDO	TAXA DEPRECIÇÃO	2015	2014
Terrenos	-	11.056.064	11.056.669
Obras complementares	4% a 5%	2.708.013	3.071.628
Obras civis	4% a 20%	183.995.221	193.109.468
Instalações	10%	4.409.224	3.688.345
Máquinas e equipamentos	5% 25%	1.508.808	2.172.347
Móveis e utensílios	10%	673.696	606.870
Equip.de proc. eletrônico de dados	20%	928.465	679.970
Imobilizado em curso	-	148.896.320	81.181.426
Total	-	354.175.811	295.566.723

Os itens do imobilizado, mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, em 2015 é de R\$ 454.778.148,42, sendo sua depreciação acumulada no valor de R\$ 100.602.337,84. Em 2014 o imobilizado era de R\$ 386.123.961 e a respectiva depreciação acumulada de R\$ 90.557.238.

Em 2015 a CODESA realizou trabalho de adequação no seu imobilizado para sanar divergências entre o controle patrimonial dos seus bens e os registros nas demonstrações financeiras.

Foram realizados ajustes nas contas de depreciação acumulada no montante de R\$ 641.125,35 e na conta de ativo imobilizado no montante de (-) R\$ 480.609,02, relativos aos períodos de 2013 e 2014 em função de readequação na sistemática que gera o cálculo das depreciações mensais. O inventário físico apontou divergências que estão sendo tratadas pela gestão da CODESA.

O cálculo do teste de recuperabilidade foi realizado em fevereiro de 2015, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 01 e não apontou probabilidades de não recuperação dos ativos da CODESA. Os valores de Imobilizado em curso são referentes a investimentos em dragagem, derrocagem e obras realizadas nos diversos cais do porto.

12.2 Intangível

INTANGÍVEL LÍQUIDO	TAXA AMORTIZAÇÃO	2015	2014
Software	20%	243.654	299.813
Estudos e projetos	20%	49.731	46.909
Rede telefônica e com. de dados	10%	62.179	73.260
Projeto VTMS	20%	1.121.539	0
Outros	10%	46.910	57.951
Total	-	1.524.013	477.933

O intangível em 2015 é composto por R\$ 8.241.361,95 e sua amortização acumulada de R\$ 6.717.349,18. Em 2014 o intangível era no valor de R\$ 6.969.950 e a amortização acumulada R\$ 6.492.016. O aumento do intangível ocorreu em função da reclassificação dos bens que formam o Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações VTMS - Vessel Traffic Management Information System, anteriormente classificados no grupo de Despesas Antecipadas (nota 8.3).

13. FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

CONTAS	2015	2014
Bens e serviços	1.743.657	2.233.441
Total	1.743.657	2.233.441

O fornecimento dos bens e serviços é evidenciado pela emissão da nota fiscal (competência) sendo feitas as retenções legais para o cumprimento da Lei nº 9.430/96, regulamentada pela Instrução Normativa da SRFB IN nº 1.234/12, e legislação supletiva no que tange ao INSS e ISS. O fornecimento de Vale Alimentação é pago pela empresa sendo que parte do valor é descontada dos funcionários folha de pagamento.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ASSISTENCIAIS

As obrigações sociais e assistenciais referem-se à provisionamentos de férias, encargos sociais e a outras obrigações assistenciais decorrentes de benefícios a empregados, registrados por competência, para realização nos meses subsequentes ao do fato gerador.

CONTAS	2015	2014
Folhas a pagar	3.001	5.030
Provisão para férias e encargos	4.798.191	4.575.421
Assistência médica/odontológica - P. Física	106.554	90.095
Assistência médica/odontológica - P. Jurídica	264	8.678
Total	4.908.010	4.679.224

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

Obrigações	2015		2014	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
FGTS	376.619	-	333.793	-
INSS	1.126.194	-	1.040.561	-
REFIS	3.189.068	4.508.372	3.188.872	5.966.223
PORTUS/RTSA	1.070.500	11.494.556	1.070.500	11.220.507
PASEP	215.299	-	193.105	-
COFINS	1.004.295	-	889.565	-
IRPJ	183.057	-	110.864	-
CSLL	71.730	-	71.357	-
FUNDAF	52.380	0	52.380	88.873
OUTRAS	0	26.073	0	29.834
Totais	7.289.141	16.029.001	6.950.997	17.305.437

As obrigações fiscais e trabalhistas da CODESA são provisionadas com base no regime de competência e quitadas no mês seguinte ao do fato gerador. As obrigações relativas ao REFIS - Programa de Recuperação Fiscal, PORTUS - Instituto de Seguridade Social e FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, contraídas em exercícios anteriores e reconhecidas em períodos subsequentes, apresentam saldo de curto e longo prazo, sendo todos os compromissos regularmente cumpridos.

A dívida relativa aos REFIS junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, parcelada em 90 meses e corrigidas pela Selic vem sendo paga regularmente pela Companhia e que aguarda a homologação pela RFB para aproveitamento do crédito (nota 7) e conseqüente redução do seu saldo devedor. As obrigações relacionadas ao PORTUS, relativas à RTSA - Reserva de Tempo de Serviço Anterior, são corrigidas pela INPC-IBGE e pagas mensalmente, conforme contrato em vigor.

A dívida de R\$ 88.873,15 remanescente em 31/12/2014, relativa ao FUNDAF, terminou em janeiro de 2015.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se ao Contrato Particular de Cessão de Crédito nº 98.2.288.8.1, celebrado entre a CODESA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 23/06/1998, renegociado por meio do Aditivo nº 01 de 12/05/2006, com amortização do saldo devedor em 48 parcelas trimestrais e 144 mensais a partir de junho de 2006, reajustado pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, observando a sistemática prevista, acréscimo de juros de 3% ao ano, tendo como garantia os direitos de crédito decorrentes do Contrato de Arrendamento celebrado com o TVV - Terminal de Vila Velha S/A, para exploração dos berços 203, 204 e 205 do Cais de Capuaba. O montante consolidado relativo ao empréstimo é demonstrado como segue:

Empréstimos	2015		2014	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
BNDES	1.550.500	202.923	1.550.500	940.268

17. PSP - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES/CREDORES DEPÓSITOS CAUCIONADOS

CONTAS	2015	2014
PSP adiantamento de clientes	1.434.021	1.305.127
Cretores por depósitos caucionados	11.601	17.325
Total	1.445.622	1.322.452

Refere-se a pagamentos exigidos, a título de adiantamento dos serviços portuários (PSP), aos seus clientes, antes da prestação do serviço pela CODESA. Cretores por depósitos caucionados referem-se a valores exigidos pela CODESA aos seus clientes, a título de garantia, podendo ser em dinheiro ou escritural.

18. DEPÓSITOS CONTRIBUIÇÕES E CONSIGNAÇÕES A RECOLHER

Os valores consignados referem-se a retenções sobre pagamentos efetuados a funcionários e também a terceiros, cujos recolhimentos ficam a cargo da Companhia.

CONTAS	2015	2014
IRF - Imposto renda na fonte	797.536	665.850
Empréstimos Banestes	84.639	76.056
Empréstimos Banco do Brasil	67.509	65.036
Lei 9430/96-IRPJ-CSLL-COFINS-PIS-PASEP	686.011	480.933
INSS Retenção serv. prestados terceiros	247.450	284.125
Outros	15.279	0
Total	1.898.424	1.572.000

19. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS/REPASSE

A CODESA faz o recolhimento dos valores relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, relativo ao seu faturamento, e nos casos de atribuição de responsabilidade tributária, procede à sua retenção e recolhimento do ISSQN devido. A CODESA contesta judicialmente junto à Prefeitura Municipal de Vitória a cobrança sobre faturamentos da Tabela I por entender não haver prestação de serviço nessa tabela, e consequentemente a não incidência do ISSQN.

CONTA	2015	2014
ISS - PORTO VITORIA - TAB.I	1.194.800	1.194.800
ISS - PORTO DE VILA VELHA	79.111	98.002
ISS - VITORIA - II	119.397	81.748
ISSQN VITÓRIA - LEI 6075/03	9.140	8.377
ISSQN VILA VELHA - LEI 4127/03	242.277	444.446
ISSQN ARACRUZ	0	2.181
Total	1.644.725	1.829.554

20. CRÉDITOS DE ARRENDAMENTOS E CESSÃO DE USO DE ÁREAS

ARRENDAMENTOS	2015		2014	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
CONTRATOS				
PETROBRAS	4.000.000	32.000.001	4.000.000	34.000.001
TECHNIP	109.091	0	1.418.182	0
Totais	4.109.091	32.000.001	5.418.182	34.000.001

Valores recebidos antecipadamente referentes a contratos de arrendamentos operacionais e que são reconhecidos linearmente durante a vigência do contrato. O contrato de cessão de direito de uso firmado com a PETROBRAS, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à CODESA, abrange o período de 02/10/2008 a 30/09/2033 e visa atender ao PLANGÁS - Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural, instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do processo administrativo de nº 3453/2007.

21. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

As ações trabalhistas e cíveis da CODESA, discutidas nas esferas administrativa e judicial, são amparadas por depósitos judiciais quando aplicável. As provisões para perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas por relatórios técnicos da assessoria jurídica interna da companhia e de seus consultores jurídicos contratados, que fazem o acompanhamento periódico dos processos. Em 2015 a CODESA baixou o montante de R\$ 4.359.856 relativo a ações judiciais trabalhistas e de R\$ 63.981 relativos a ações cíveis, conforme liberações de alvarás judiciais. Atendendo o que preconiza o CPC 25 que trata da provisão para contingências, em 2015 foram estornados os valores de R\$4.944.909 e de R\$449.091 provisionados para ações trabalhistas e cíveis respectivamente, com base nas análises jurídicas, indicando uma redução no passivo contingente provável. O Passivo contingente possível, resultante das análises jurídicas apontam os valores R\$27.156.594 de ações cíveis e de R\$1.685.278 de ações trabalhistas.

Provisões para contingências	2015		2014	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Provisão p/ contingências trabalhistas	3.003.547	15.155.347	2.990.451	24.473.207
Provisão p/ contingências cíveis	2.436.019	658.150	2.500.000	1.107.241
Totais	5.439.566	15.813.497	5.490.451	25.580.448

22. ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Os investimentos realizados pelo Governo Federal na CODESA são registrados no ativo imobilizado em contrapartida do passivo AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital, sendo que estes valores são incorporados ao patrimônio da CODESA por meio de aumento de capital com a emissão de novas ações. O saldo remanescente de investimentos feitos pelo Governo do Estado do Espírito Santo podem ser incorporados, para manter a proporcionalidade de participação acionária, mediante autorização para o procedimento de aumento de capital.

ACIONISTAS	2015	2014
AFAC Governo Federal	59.954.817	15.355.680
AFAC Governo Estadual	386.027	460.402
Total	60.340.844	15.816.082

23. PARTICIPAÇÕES NO LUCRO E CÁLCULO DOS DIVIDENDOS

23.1 Participações nos lucros

A CODESA reconhece uma provisão para pagamento de participação dos seus empregados no lucro do exercício, conforme Deliberação nº 005/2014 de 27 de junho de 2014, tendo em vista o Ofício nº 758/15 e Nota Técnica nº 325/CGPOL/DEST/SE-MP de 25 de agosto de 2015, no qual se manifesta sobre a proposta de implantação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PLR. O pagamento desta provisão consta do acordo coletivo de trabalho, está vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos.

Lucro Líquido antes PLR		11.880.838,82
(-) Participação Empregados	6,25%	-742.552,43
Lucro Líquido do Exercício		11.138.286,39

23.2 Dividendo mínimo obrigatório

Conforme o estatuto social da CODESA é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal de 5%, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. A proposta de distribuir dividendos no valor de R\$ 3.023.254,46 está sendo encaminhada pela administração da CODESA para aprovação na assembléia geral ordinária a ser realizada em 20/04/2016.

DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO		
Lucro Líquido do Exercício		11.138.286,39
(-) Reserva legal	5%	-556.914,32
Lucro Líquido após reserva		10.581.372,07
(-) Saldo Lucro/Prej. acumul. exercício anterior		0,00
(+/-) Ajustes exercícios anteriores		1.511.645,78
(=) Lucro Líquido Ajustado		12.093.017,85
Dividendos	25%	-3.023.254,46
Reserva de retenção de lucros		-9.069.763,39

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2015		2014	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Credores Diversos	972.865	13.607	935.769	64.650
Obrigações c/ Fornecedores	0	7.850	0	100.368
Credores Dep. Cauçionados	0	235.118	0	235.118
Obrigações Convênios	0	3.866.561	0	5.969.943
Total	972.865	4.123.136	935.769	6.370.079

O valor da conta "Credores Diversos" refere-se a fornecedores de bens e serviços que não comprovaram certidões negativas e outros documentos hábeis, exigidos na prestação de serviços a empresas de economia mista ou que estão sendo questionados judicialmente e também o diferimento de uma receita relativa à negociação entre CODESA e Buaiz S/A referente ao Contrato nr. 036/98, envolvendo uma Moega, que vem sendo amortizada mensalmente com emissão de faturas para o parcelamento do devido contrato.

Em obrigações convênios estão registrados recursos recebidos por meio de convênios com a SEP destinados a (i) gerenciamento ambiental da obra de dragagem de aprofundamento e derrocagem no Porto de Vitória e (ii) recursos destinados aos gastos com fiscalização das obras de dragagem e aprofundamento por acessos aquaviários ao Porto de Vitória. Tem como contrapartida uma conta de aplicação financeira no Banco do Brasil, sendo que os rendimentos do saldo aplicado deverão ser capitalizados em futuro aumento de capital, desde que devidamente utilizados conforme o objeto do contrato. Entretanto o convênio prevê a restituição

Vitória (ES), Quinta-feira, 31 de Março de 2016.

dos valores caso o projeto não seja executado ou se houver utilização de recursos em desacordo com o estabelecido no convênio. Em relação ao convênio SEP 719253/2009, considerando o Ofício nº 2120/2015/SPP/SEP-PR a Diretoria da CODESA aprovou a devolução do saldo remanescente do valor aplicado no Banco do Brasil.

OUTRAS OBRIGAÇÕES CONVÊNIO SEP – LONGO PRAZO		
Contas	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE		
BANCO DO BRASIL CONVÊNIO SEP 719253/2009	0	2.611.873
BANCO DO BRASIL CONVÊNIO SEP 801712/2014	154.660	1.031.113
TOTAL	154.660	3.642.986
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
CONVÊNIO SEP/PR 719253/2009	484.075	2.611.873
CONVENIO SEP 801712/2014	1.055.529	1.031.113
CONVÊNIO SEP-RECURSOS P/ AUMENTO CAPITAL	2.326.957	2.326.957
TOTAL	3.866.561	5.969.943

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da CODESA, no valor de R\$ 319.825.705 é composto pelo Capital Social de R\$ 297.940.097, Reserva legal no valor de R\$1.316.768 e Reserva de retenção de lucros no valor de R\$20.568.839.

25.1 Capital social

O Capital Social da CODESA passou de R\$ 273.490.299 em 31/12/2014 para R\$ 297.940.097 em 31/12/2015 com a capitalização de R\$ 24.449.798,58 de reservas de capital conforme aprovado na AGE de 23/06/2015 e homologado na AGE de 20/11/2015. As ações ordinárias tiveram um ingresso de 182.560.419 passando de 2.133.616.722 para 2.316.177.141 ações.

ACIONISTAS	R\$	% PARTICIPAÇÃO	QUANT. AÇÕES
Governo União	296.312.397	99,4536818332%	2.303.523.444
Governo Estado do Espírito Santo	1.627.695	0,5463162887%	12.653.653
RIOINVEST Cons. Emp. Part. Ltda	5,60	0,0000018781%	44
Total	297.940.097	100,000000000%	2.316.177.141

25.2 Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício social, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social, conforme estabelece o art. 193 da Lei das Sociedades por Ação, o valor foi acréscimo em R\$ 556.914 em função do lucro líquido de 2015 passando de R\$ 759.854 para R\$ 1.316.768.

25.3 Reserva de retenção de lucros

O Estatuto Social da CODESA prevê que do lucro líquido do exercício depois de compensar possíveis prejuízos acumulados e ajustes de exercícios anteriores, assim como constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos, seja constituída Reserva de Retenção de Lucros, considerando o orçamento de capital previamente aprovado pela companhia.

A constituição de Reserva de Retenção de Lucros no valor de R\$9.069.763 é composta pelo lucro remanescente do exercício de 2015, no valor de R\$7.558.117 e do valor apurado na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, no valor de R\$1.511.646 e será proposta pelos órgãos da Administração à assembleia a fim de deliberar sobre a retenção da parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

25.4 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A movimentação registrada na conta Ajustes de exercícios anteriores em 2015 é decorrente de ajustes e readequação de classificação do ativo imobilizado, em função do término da inserção de dados no sistema de patrimônio (conforme nota 12.1) e de adequação de créditos tributários provenientes de saldo negativo de IRPJ e CSLL, IRPJ e CSLL pagos a maior e Impostos Retidos na Fonte – Retenção da Lei 9.430/96.

O ajuste no montante de R\$ 480.609,02 é referente aos ajustes de classificação contábil de forma adequada no sistema de controle de patrimônio e o de R\$ 641.125,35 referente a ajustes de depreciação baixadas em duplicidade no exercício social de 2014. O valor de R\$ 1.672.162 relativos a créditos tributários provenientes de saldo negativo de IRPJ e CSLL, IRPJ/CSLL pagos a maior e aproveitamentos de Impostos Retidos na Fonte, foram reconhecidos como ativo circulante na conta "Impostos a Recuperar" (conforme nota 7). O saldo remanescente na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, no montante de R\$ 1.511.646, foi transferido para a conta de Reservas de retenção de lucros (conforme nota 25.3).

AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES

Saldo em 31/12/2014	894.881
Transferência p/ Lucros Prejuízos acumulados	-894.881
Ajuste ativo imobilizado	480.609
Ajuste depreciação em duplicidade	-641.125
Ajuste IRPJ/CSLL a maior em anos anteriores	1.672.162
Subtotal	1.511.646
Transferência p/ Reservas Retenção Lucros	-1.511.646
Saldo em 31/12/2015	0

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida é formada por receitas tarifárias e por receitas patrimoniais decorrentes de arrendamento de áreas no porto organizado sob jurisdição da CODESA, deduzida dos impostos incidentes sobre a prestação de serviços.

CONTAS	2015	2014
Receitas tarifárias		
Utilização de Infraestrutura portuária	70.304.493	60.041.997
Armazenagem	7.490.203	16.635.971
Movimentação de carga	11.068.083	11.684.916
Serviços diversos	15.809.754	11.538.367
Arrendamentos	28.279.432	30.541.928
Subtotal	132.951.965	130.443.179
Impostos incidentes sobre serviços	-14.683.580	-14.605.318
Total	118.268.385	115.837.861

27. CUSTOS OPERACIONAIS

CONTAS	2015	2014
Custos operacionais		
Pessoal e encargos sociais	34.059.481	31.113.105
Custos assistenciais	4.297.515	4.048.016
Serviços de terceiros	3.719.871	3.211.403
Utilidades e materiais	2.825.626	3.016.308
Seguros	277.250	263.099
Depreciação e amortização	9.846.378	9.992.395
Perdas Estimadas C/ Creditos Liq. Duvidosa	253.183	0
Total	55.279.305	51.644.325

28. DESPESAS OPERACIONAIS

CONTAS	2015	2014
Despesas administrativas e gerais		
Pessoal e encargos sociais	28.107.882	25.139.079
Despesas assistenciais	10.532.818	10.673.850
Serviços de terceiros	11.218.782	9.314.352
Utilidades e materiais	5.009.446	3.890.960
Depreciação e amortização	560.254	269.724
Outras	120.047	0
Total	55.549.228	49.287.966

29. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

CONTAS	2015	2014
Receitas financeiras	7.391.388	8.507.100
Varição monetária ativa	836.102	253.598
Despesas financeiras	-2.260.942	-1.828.212
Varição monetária passiva	-5.467.199	-6.106.320
Resultado financeiro líquido	499.349	826.165

30. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

CONTAS	2015	2014
Outros ganhos/perdas de capital	24.995	1.905
Reversões Operacionais	90.403	1.070.390
Reversões Ações Judiciais	5.393.999	0
Receitas Eventuais	2.068.095	3.069.714
(-)Custo Venda Ativo Não Circulante	-1.192.259	-2.650
Resultado Receitas/Despesas líquidas	6.385.233	4.139.359

31. PLANO DE PENSÃO/ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia é uma das patrocinadoras do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, criada em 01/04/1979, para a suplementação de benefícios aos seus filiados, com o compromisso de contribuir mensalmente com parcelas proporcionais à paridade contributiva entre Patrocinadoras e Participantes, cuja contribuição está respaldada na Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, fiscalizada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC em substituição a Secretaria de Previdência Complementar – SPC/MPS do Ministério da Previdência e Assistência Social. A PREVIC é responsável pela fiscalização e supervisão das Entidades de Previdência Complementar – EFPC e seus respectivos planos de benefícios. Com o objetivo principal propor a recuperação do PBP1, fiscalizar as ações da entidade, proteger e resguardar o direito de seus participantes e assistidos, com padrões mínimos de segurança econômico-financeira atuarial.

Em 23 de agosto de 2011 foi decretada a intervenção no PORTUS, através da Portaria nº 459, publicada no DOU de 23 de agosto de 2011 pela Diretoria Colegiada da PREVIC. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do Ministério da Previdência Social (MPS), decidiu prorrogar até o dia 16 de junho de 2016 a intervenção no PORTUS – Instituto de Seguridade Social, de acordo com Portaria nr. 667, de 11 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU), no dia 14 de dezembro de 2015. A CODESA, patrocinadora no Plano de Benefício Portus PBP1, em relação à dívida das contribuições normais, extraordinárias e do déficit cujo montante em 31/12/2014 é de R\$139.546.252,94 optou por não registrar nas Demonstrações Contábeis os valores apresentados pelo PORTUS conforme estabelece o CPC 33, tendo em vista que a Companhia contesta a dívida.

32. MAIOR E MENOR REMUNERAÇÃO

Na forma do item 4, alínea "c", da Exposição de Motivos nº 139 do Ministério da Fazenda, de 17/03/1988, a CODESA divulga a remuneração mensal dos seus empregados e dirigentes. Em 31 de dezembro de 2015 a maior e a menor remuneração estava composta da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	MAIOR R\$	MENOR R\$
Diretores	27.954	25.159
Empregados	26.396	1.991

33. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

A CODESA não apresentou a demonstração do resultado abrangente conforme determina o artigo 37 item 5 do Estatuto Social, tendo em vista que nos itens de receita e despesas não possuem resultados que incluem variações de reservas de reavaliações referente ao ativo permanente, ganhos e perdas, de plano de pensão, ganhos provenientes de conversão de demonstração de moeda estrangeira e ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros.

Vitória (ES) 11 de março de 2016.

Graciano Ulisses Merlo

Presidente /
Diretor de Infraestrutura e Operações

Mayhara Monteiro Pereira Chaves

Diretora de Planejamento e Desenvolvimento

Roberto Carlos Teles Braga

Diretor de Administração e Finanças

Ethel Bianchine Areal

Coordenação Contábil e Fiscal
Contadora – CRC/ES – 5.618/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA
Vitória – ES

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, demonstração do valor adicionado, balanço social, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

- a) Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 9, a CODESA possui registrado o montante de R\$34.645.763, em 31 de dezembro de 2015 (R\$33.879.796 em 31/12/2014) referente a depósitos judiciais. Até a data da conclusão dos nossos trabalhos, não recebemos respostas das cartas de circularização das consultorias jurídicas, interna e externa da Companhia.
- b) A Companhia possuía em 31/12/2015 saldo a receber da ordem de

R\$7.067.916 referente a pagamento de despesas médicas e odontológicas utilizadas por ex-funcionários e seus dependentes. Ressalta-se que esse montante, por ter feito parte das despesas dos períodos em que foram incorridas, está registrado como resultado acumulado no patrimônio líquido, quando deveria ter sido registrado como crédito a receber no ativo, tendo assim ficado o resultado do exercício e o Patrimônio Líquido reduzidos no valor acima controlado extra-contabilmente. No exercício de 2015 a Companhia recuperou o montante de R\$568.073 mediante reembolso feito pelos usuários. Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 6.1, a Companhia vem envidando esforços, o qual depende de formalização em acordo coletivo para efeito da continuidade da utilização do plano de saúde por ex-funcionários e, assim visando estabelecer procedimentos de controle dos gastos com assistência médica e odontológica pelos mesmos.

c) Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 12.1, os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. No exercício de 2014 a Companhia contratou consultoria externa para realizar o teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment test) e a contagem física de seus bens, sendo os trabalhos finalizados em fevereiro de 2015. O teste de redução ao valor recuperável de ativos feito em 30 de novembro de 2014 com base no relatório apresentado pela consultoria externa, não apontou a existência de possíveis perdas sobre os saldos consignados na contabilidade. A contagem física dos bens foi realizada de forma parcial, destacando que os bens das contas de instalações, edificações e softwares, não foram inventariados.

No exercício de 2015, a Companhia não realizou a contagem física dos bens patrimoniais. Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 12.1, para fins de apuração da depreciação e amortização acumuladas dos bens de ativo permanente, a CODESA considerou as taxas admitidas pela legislação fiscal, sem a revisão da estimativa de prazo de vida-útil econômica dos bens, em função das expectativas de prazos de benefícios econômicos futuros, bem como não realizou a determinação do valor residual e valor depreciável, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 27. Como consequência, não nos foi possível verificar se havia a necessidade de ajustes a serem feitos no saldo da depreciação e amortização acumuladas e os possíveis reflexos nas referidas demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia julgou não ser necessária a avaliação da recuperabilidade dos seus ativos, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01. A ausência dessa análise constitui uma limitação de escopo de nossos trabalhos, e, conseqüentemente, não temos condições de avaliar a existência de possíveis perdas sobre os saldos consignados na contabilidade em 31 de dezembro de 2015.

Diante desse contexto, não nos foi possível opinar sobre o saldo dos bens do ativo permanente da CODESA, e os possíveis efeitos contábeis e fiscais com base nos saldos consignados na contabilidade em 31 de dezembro de 2015.

d) Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 12.1, Companhia vinha reconhecendo desde julho de 2012, na apuração do resultado do exercício, a despesa de depreciação dos bens móveis e imóveis a valores constantes. Em dezembro de 2014, como parte do assunto mencionado na letra "c" supra, a CODESA registrou em contrapartida do patrimônio líquido crédito no montante de R\$2.002.266, sendo R\$1.259.111 referente aos exercícios de 2012 e 2013. Diante do que já foi exposto na letra "c" supra, não nos foi possível opinar sobre o saldo dos bens do ativo permanente da CODESA, e os possíveis efeitos contábeis e fiscais com base nos saldos consignados na contabilidade

Vitória (ES), Quinta-feira, 31 de Março de 2016.

em 31 de dezembro de 2015.

e) Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 31, a CODESA é uma das patrocinadoras do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, criada em 01/04/1979, para a suplementação de benefícios aos seus filiados, com o compromisso de contribuir mensalmente com parcelas proporcionais à paridade contributiva entre Patrocinadoras e Participantes, cuja contribuição está respaldada na Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC em substituição a Secretaria de Previdência Complementar – SPC/MPS do Ministério da Previdência e Assistência Social. A Administração da CODESA, em relação à dívida das contribuições normais, extraordinárias e do déficit no montante aproximado de R\$139.546.252,94, em 05 de março de 2015, tem optado por não registrar nas Demonstrações Contábeis, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 33, os valores apresentados pelo PORTUS, tendo em vista que a Companhia contesta a dívida. Até o encerramento dos nossos trabalhos, não obtivemos documentação do PORTUS que evidencie o valor apresentado na Nota Explicativa nr. 31 em 31 de dezembro de 2011.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2015, reversão de provisão de passivos contingentes relativa a ações judiciais trabalhistas e civis no montante de R\$4.944.909 e de R\$449.091, respectivamente. Conforme mencionado na Nota Explicativa nr. 21, essa reversão foi feita com base na melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar o valor que a CODESA racionalmente pagaria para liquidar a obrigação na data do balanço, mediante estimativas do desfecho e do efeito financeiro determinados pelo julgamento da Administração da Companhia.

Em agosto de 2015 o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST se manifestou, mediante análise técnica, favorável a Participação nos Lucros e Resultados - PLR 2015 da CODESA, submetendo à análise e manifestação da Secretária de Portos da Presidência da República - SEP, cuja manifestação favorável, desde que cumpridas as condicionantes relacionadas, se deu em setembro de 2015. Contudo, a PLR 2015 da CODESA tem seu pagamento condicionado à solução da sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis de exercícios anteriores

O exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi conduzido sob a nossa responsabilidade, que emitimos relatório de auditoria datado de 03 de março de 2015, contendo ressalvas sobre (i) divergência entre o saldo contábil e o extrato do Banco do Brasil dos depósitos judiciais em 31/12/2014 (ii) o não reconhecimento no ativo das despesas médicas e odontológicas utilizadas por ex-funcionários (iii) durante o período de execução da Auditoria, a Companhia vinha realizando o teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment test), bem como, realizando a contagem física de seus bens e reconhecimento pela companhia, desde julho de 2012, de cotas de depreciação dos bens móveis e imóveis a valores constantes; (iv) de acordo com opinião dos consultores jurídicos da Companhia (consultoria interna e externa) nenhuma provisão foi constituída no exercício de 2014, no entanto, não foi apresentado o relatório com os

apontamentos das contingências passivas; e (v) a CODESA optou por não registrar nas suas demonstrações contábeis os valores apresentados pelo PORTUS, tendo em vista que a Companhia contesta o valor da dívida.

Vitória - ES, 10 de março de 2016.

HM & Z CONSULTING – AUDITORES E CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
CRC-ES no. 002591/O

Fernando Nascimento Zatta
Contador CRC-ES no. 5497/O

Lafaiete Jorge Siqueira Ferreira
Contador CRC-ES no. 11.213/O

Cristiana de Alencar Silva
Contadora CRC-ES no. 16.933/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, de emissão da empresa HMZ Consulting – Auditores e Consultores Associados, de 10 de março de 2016, é de opinião que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e econômico-financeira da CODESA, em 31 de dezembro de 2015, com as ressalvas constantes nos títulos “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis” e “Ênfase” do Relatório dos Auditores Independentes, os quais estão em condições de serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral de Acionistas.

Tomou, ainda, conhecimento das seguintes proposições encaminhadas pela Diretoria Executiva da CODESA, por meio da CA/DIRPRE/GM/093/2016, de 10 de março de 2016: 1 - Lucro Líquido do exercício de 2015, no montante de R\$ 11.138.286,39 (onze milhões, cento e trinta e oito mil, duzentos e seis reais e trinta e nove centavos), com constituição de Reserva Legal no valor de R\$ 556.914,32 (quinhentos e cinquenta e seis mil, novecentos e quatorze reais e trinta e dois centavos); 2 - Ajustes de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 1.511.645,78 (um milhão, quinhentos e onze mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos); 3 - Destinação do Lucro Líquido Ajustado - LLA de R\$ 12.093.017,85 (doze milhões, noventa e três mil e dezessete reais e oitenta e cinco centavos), conforme a seguir: 3.1 – Dividendos de 25% do LLA, no valor de R\$ 3.023.254,46 (três milhões, vinte e três mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos); 3.2 – Reserva de Retenção de Lucros, na importância de R\$ 9.069.763,39 (nove milhões, sessenta e nove mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e nove centavos), para atender parcialmente às necessidades de investimentos com recursos próprios previstos no Orçamento de Investimentos da CODESA.

Adicionalmente, o Conselho, por unanimidade, manifesta-se favoravelmente à submissão das propostas contidas nos itens de 1 a 3 acima mencionados à Assembleia Geral de Acionistas, na forma apresentada pela Diretoria Executiva.

Vitória, 11 de março de 2016.

WILLBER DA ROCHA SEVERO
Presidente

LAURA COUTO ALMEIDA
Conselheira

FLAVIA FILIPPI GIANNETTI
Conselheira

RAULINO GONÇALVES FILHO
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA, cumprindo o disposto no inciso V, art. 142 da Lei nº. 6.404/76, tendo examinado o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, e com base no Parecer dos Auditores Independentes, resolve: manifestar-se favorável ao Relatório da Administração relativo ao exercício de 2015, bem como às Demonstrações Contábeis, com a destinação de parte do lucro referente ao exercício de 2015 como provisionamento para o Programa de Lucro e Resultados – PLR. Recomendando seu encaminhamento ao Conselho Fiscal - CONFIS, conforme disposto no Art. 34, inciso X, do Estatuto Social da CODESA. Após manifestação desse, encaminhar à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Vitória, 11 de março de 2016.

ALBER FURTADO DE VASCONCELOS NETO
Presidente

GRACIANO ULISSES MERLO
Membro

MIGUEL DE SOUZA
Membro

VALDIR ANTÔNIO ULIANA
Membro

SANDY ROBERTS JÚNIOR
Membro

CONSELHO FISCAL

Conselheiro Presidente do Conselho Fiscal, representante da Secretaria de Portos da Presidência da República - Willber da Rocha Severo

Conselheiro representante do Ministério dos Transportes - Georgenor Cavalcante Pinto (até Abr/2015) – José Eduardo Vaz Albaneze (Jun-Jul/2015) – Laura Couto Almeida (empossada em Ago/2015)

Conselheiro representante do Governo do Estado do Espírito Santo – Paulo Mattos Júnior (até Abr/2015) – Raulino Gonçalves Filho (empossado em Abr/2015)

Conselheira representante do Tesouro Nacional/MF - Flavia Filippi Giannetti

CODESA - Companhia Docas do Espírito Santo
CEP: 29010-945 - Av. Getúlio Vargas, 556, Centro, Vitória - ES
Tel: 55 27 3132 7360

Protocolo 225590